

As migrações hoje – inevitabilidade e/ou catástrofe?

Teresa Cierco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

teresacierco@gmail.com

Maciel Morais Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

maciel999@yahoo.com

As migrações fizeram a humanidade, dizem os mitos religiosos e também, nos dois últimos séculos, as ciências biológicas e sociais que consolidaram o campo da “pré-história”. No entanto, a ciência social mais precoce do mundo moderno – a economia política –, demorou a integrar as migrações humanas nas suas teorias dominantes. Assim, Ricardo desenvolveu a sua explicação do comércio internacional (a teoria dos custos relativos, talvez o modelo de maior longevidade da “economia”) pressupondo a imobilidade internacional do capital e do trabalho. As escolas seguintes (e não apenas de “economistas”) já não podiam ignorar a mobilidade do capital, cuja exportação não parou de crescer até 1930 e de novo após a II Guerra Mundial; em contrapartida, não tocaram na imobilidade do “fator” trabalho. Afinal, se alguma coisa mostra a desigualdade do mundo moderno são as diferenças entre taxas salariais resultantes de mercados nacionais imperfeitos. Tão imperfeitos que, para qualificações comparadas, podem variar entre 1 (África subsaariana) e 40 (EUA)¹. No entanto, alguns já tinham mostrado que se o “fator” trabalho demora mais do que o capital a despir o uniforme nacional, apenas retardamentos conjunturais podiam explicar os desfasamentos. As “leis” da concorrência que, através da exportação de capitais, produzem a tendência para a igualização das taxas de lucro atuam também, em função dos desníveis salariais, sobre a mobilidade dos trabalhadores. As mesmas “leis” permitem até prever acelerações da mobilidade laboral no caso de os fluxos não coincidirem, isto é: *ceteris paribus*, são de esperar migrações internacionais tanto maiores quanto os respetivos mercados de origem registam menores entradas de capital.

Se a mobilidade laboral tardou em aparecer sob a forma de resultado esperado nas teorias dominantes o atraso não se deveu à falta de dados empíricos. O seu crescimento foi exponencial e uma comparação simples mostra a escala do fenómeno nos últimos 150 anos. Tomando como referência a média anual da deslocação massiva mais precoce do mundo moderno – o tráfico atlântico de escravos, que terá produzido 10

¹ Arghiri Emmanuel, *Le profit et les crises* (Paris: François Maspero, 1969), 96-97.

milhões de migrantes forçados – vê-se que a da emigração europeia (1840-1914) foi 28 vezes superior. A aceleração maior estava para vir: hoje o total estimado por defeito de trabalhadores migrantes internacionais é de 150 milhões, o que dá uma média anual de 3,7 milhões (4,6 vezes a da emigração europeia que povoou as Américas e cerca de 131 vezes a do tráfico atlântico de escravos). O agregado dos migrantes internacionais representa cerca de 3% da população mundial, sendo os trabalhadores migrantes 4,4% da força de trabalho mundial.² Os números crescem se forem considerados os trabalhadores migrantes internos, isto é, os deslocados que não cruzam fronteiras internacionais: cerca de 478 milhões, o triplo dos migrantes internacionais. E considerando os respetivos agregados familiares chega-se aos 740 milhões de migrantes internos: isto é, pelo menos um em cada dez habitantes do mundo está nesta situação³. Uma migração anual (18,5 milhões) que é quase o dobro do volume *acumulado* do tráfico atlântico de escravos dá certamente que pensar.

Catástrofe? Nunca, quando se trata de migrações que respondem a uma qualquer curva de procura. Entre 1960 e 1973, 14 milhões de *Gästarbeiter* (migrantes enquadrados por acordos bilaterais) chegaram à Alemanha Federal, isto é, cerca de um milhão por ano⁴. No conjunto da CEE de então, entraram no mesmo período cerca de 30 milhões, isto é 2,3 milhões por ano.⁵ O sucesso da integração foi desaparecendo à medida que o investimento das empresas europeias passou a fazer-se crescentemente fora da UE: o capital continuava a migrar ainda mais depressa que os trabalhadores, sobretudo depois da emissão do euro. Em 2014, a curva da procura já estava bem diferente para a força de trabalho exterior à UE, cujo saldo líquido de migrantes entrados foi de apenas de 1 milhão: tantos quantos só a Alemanha Federal “importou” por ano na década de 1960. Nas fases recessivas dos mercados europeus, outro fator contribuiu para alterar as políticas europeias de migração: os custos indiretos de formação da força de trabalho, de que os mercados de destino das migrações laborais dos anos 1950-60 começaram por estar isentos. Três gerações depois, há menos “almoços grátis”: em França, no início da década de 2000, 7 em cada 10 migrantes entravam por reagrupamento familiar. Os 5,4% de trabalhadores residentes na UE ganharam a partir de então uma crescente

² World Bank, <http://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN>, consultado a 15 de junho de 2017.

³ A partir de William Lacy Swing, « États des lieux des migrations dans le monde en 2015 et perspectives pour 2030 », *Diplomatie* (31, 2016), 8-10.

⁴ Klaus Bade, www.deutschland.de/fr/topic/vie-moderne/societe-integration/limmigration-et-lintegration-en-allemande#, consultado a 15 de junho de 2017.

⁵ Jean-Pierre Garson, Annais Loizillon, 2003, *L'Europe et les migrations de 1950 à nos jours: mutations et enjeux* (OECD, 2003), 4, (<http://www.oecd.org/fr/migrations/mig/15923784.pdf>) consultado a 15 de junho de 2017.

visibilidade negativa, com as consequências eleitorais que se conhecem. Para governos e empresas da UE, é agora bem mais barato externalizar esses custos, restringido maioritariamente as entradas a *adultos* e fazendo-o preferencialmente através do *outsourcing* do controlo policial.⁶ Os *memoranda* UE/países terceiros que para esse efeito se têm multiplicado desde os anos 2000 (o mais mediático terá sido o de janeiro do ano de 2016, com a Turquia) são o reflexo diplomático da inversão conjuntural.

Mas o balanço das migrações laborais está longe de ser negativo, sobretudo se for considerado o efeito a montante dos migrantes de sucesso (aqueles que não só entraram onde queriam, como aí se empregaram). As remessas de divisas para os países de origem são cada vez mais um fator de sustentabilidade da procura mundial e, atendendo ao volume que atingem, até de uma certa redistribuição mundial da riqueza. Uma vez que cerca de 70% dos trabalhadores migrantes mundiais trabalham em mercados de salários altos (48,5% na União Europeia/Estados Unidos, 9% na Europa Oriental e de 12% nos países do Golfo Pérsico⁷), as poupanças que em 2015 os trabalhadores migrantes enviaram para os países de origem chegaram aos 601 biliões \$USD. Só os trabalhadores migrantes da União Europeia enviaram 109,4 biliões \$USD ajudando 150 milhões de pessoas de baixo rendimento. Para alguns países pobres, transferências desta ordem significam muito: 42% da riqueza nacional do Tadjiquistão, 30% do Quirguistão, 29% do Nepal, etc.⁸

As verdadeiras catástrofes acontecem quando os migrantes chegam desentoados com a curva da procura... solvente. Dos 232 milhões de migrantes de 2015, o UNHCR considera que *apenas* 65,3 milhões foram *forçados* a deslocar-se. Destes, *apenas* 21,3 milhões são considerados refugiados: quase um quarto são palestinos (um problema já nada mediático nos dias de hoje), um quarto da África subsaariana e a metade restante de apenas 3 países (Síria, Afeganistão e Somália). A catástrofe talvez esteja no facto de os territórios que acolhem este tipo de migrantes (menos de 10% do total de migrantes internacionais) são os que têm menos possibilidades de os integrar: os cinco principais são a Turquia, o Paquistão, o Líbano, o Irão, a Etiópia e a Jordânia. Com efeito, como comparar a entrada de 1 milhão de *refugiados* na UE (um agregado

⁶ Como exemplos de tentativas falhadas, podem-se citar entre outros o sistema espanhol SIVE, o FRONTEX, as barreiras de Ceuta e Mellilla, as operações policiais envolvendo terceiros (como “Gate of Africa” com Marrocos, “Hera”, “Nautilus” com a Líbia, Malta e Itália, “Poseidon” com a Grécia, “Indalo” com os estados subsaarianos, “Hermes”, “Aeneas”, “Triton”, etc., até aos deste ano com a Líbia.

⁷ ILO, Global Estimates on Migrant Workers, (ILO, 2015), XII.

⁸ Thomas Delage, Nathalie Vergeron, « La manne financière des migrants », *Diplomatie* (31, Mars 2016), 19.

de 500 milhões de habitantes) durante 2015 com os 1,2 milhões de refugiados residentes no Líbano ou o milhão dos campos do Uganda? E o que fazer da comparação entre o PIB *per capita* da União Europeia (35.100 USD, correspondente a 278% da média mundial), com os da Etiópia e do Paquistão, que têm respetivamente 440 e 316 refugiados por dólar de PIB *per capita*?⁹ Para muitos, a catástrofe também está no facto de este desequilíbrio ter criado, talvez, a mais comum das infraestruturas públicas do mundo global: o muro fronteiriço. Só em 2015, cinco países europeus (Áustria, Eslovénia, Estónia, Hungria e Bulgária) avançaram para a fortificação das respetivas fronteiras; outros, como a Arábia Saudita, a Turquia e os Estados Unidos, resolveram ampliar os que já tinham.¹⁰ No conjunto do mundo, há agora 65 muros em construção ao longo de 40 mil km de fronteiras. E, certamente para todos, a catástrofe está nos obsoletos números da sinistralidade marítima e terrestre verificados nas áreas circundantes: em média, 2 crianças afogadas por dia no Mediterrâneo, em 2015. Dos 1500 migrantes mortos nesse ano (i.e., registados), 962 verificaram-se na cabotagem mediterrânica (!).

Há um interesse público em alterar estes números. No entanto, para o fazer e para recuperar algum do estatuto perdido num mundo em rápida mudança, as sociedades europeias têm, entre outras coisas, de recorrer à sua experiência passada de integração de migrantes. Este processo envolve dois parceiros principais: os imigrantes, através das suas características, dos seus esforços e das suas formas de adaptação, e a sociedade de acolhimento, através da sua interação com os que chegam e as suas instituições. É desta interação entre estas duas partes que se determina o sentido e o resultado do processo de integração.¹¹ E, ao contrário de países tradicionais de imigração como o Canadá ou os Estados Unidos, os países europeus não se percebem a si próprios como países recetores de imigrantes. É por este motivo que a integração só passou a estar na agenda da União Europeia em 2003 com a Comunicação relativa à Imigração, Integração e Emprego. E, apenas nesse mesmo ano, este documento veio a ser adotado como base para a elaboração de uma futura política europeia de integração.¹² Contudo, a falta de consenso entre os Estados-membros nesta matéria continua a ser evidente. Defender os direitos dos migrantes torna-se difícil quando a conjuntura económica é complicada e caracterizada por um elevado nível de desemprego. A entrada de

⁹ Ver <https://tradingeconomics.com/european-union/gdp-per-capita>; Kerry Maze « Déplacements forcés : causes et conséquences de la crise », *Diplomatie* (31, Mars 2016), 32.

¹⁰ Elisabeth Vallet, « La propagation des murs anti-immigration : un « nouveau » défi pour les migrants », *Diplomatie* (31, 2016), 20.

¹¹ Rinus Pennix, “Os Processos de Integração dos Imigrantes: resultados da investigação científica e opções políticas” in *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, coord. Demetrios Papademetriou (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008), 37.

¹² *Ibidem*, 36.

um número considerável de pessoas nas fronteiras da União provenientes de um contexto cultural diverso representa um esforço significativo de integração. Esperava-se que, perante a dimensão do fenómeno, a União Europeia mostrasse uma capacidade de resposta coletiva e organizada. No entanto, assistimos a respostas individuais e desarticuladas que obrigam a repensar e a reorientar todo o projeto europeu.

Para definir os novos contornos desta reorientação, é útil conceber novas abordagens a partir de bases teóricas e empíricas, sobretudo quando estas contribuem para uma perspetiva de longa duração. É o caso do estudo de Diogo Andrade Cardoso sobre a migração portuguesa dos séculos XVI-XVII, um dos fatores em que assentou uma emigração já longínqua, mas “de sucesso”. É também o caso, pela atualidade da comparação, das conclusões do trabalho de Paula Marques Santos e Diogo Ferreira sobre as políticas de restrição da emigração portuguesa para o Brasil durante os governos Vargas. O impacto político e material dos migrantes portugueses de hoje é estudado por Pedro Sousa e ilustra a complexidade do efeito retorno acima mencionado. Finalmente, uma visão abrangente da política – e das contradições – da União Europeia sobre os recentes fluxos migratórios é dada por Teresa Cierco. Trata-se de uma oportunidade para refletir informadamente sobre o que a autora considera ser um “verdadeiro desafio” condicionador do que se poderá passar nas futuras etapas do projeto da integração europeia.